Prova Escrita de História A

12.º ano de Escolaridade

Prova 623/2.ª Fase 8 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos

2008

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével azul ou preta.

Não é permitido o uso de corrector. Em caso de engano, deve riscar, de forma inequívoca, aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e/ou dos itens, bem como as respectivas respostas.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se escrever mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

Todos os itens exigem a análise dos documentos. A informação retirada dessa análise deve ser integrada na elaboração das respostas.

No Grupo I, apresente uma resposta desenvolvida ao item 4.

Em todos os itens, o domínio da comunicação escrita em língua portuguesa representa cerca de 10% da cotação.

As cotações dos itens encontram-se na página 8.

GRUPO I

POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA (1930-1975)

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – Acto Colonial (1930)

Doc. 2 – Valores do comércio Portugal-colónias no total do comércio externo português (1930-1974)

Doc. 3 – Notícia da recepção, pelo Papa Paulo VI, dos líderes africanos das colónias portuguesas, na Revista *PAIGC actualités*, n.º 19 (Julho de 1970)

Doc. 4 – Notícia da recepção, pelo Papa Paulo VI, dos líderes africanos das colónias portuguesas, no *Diário de Notícias* (5 de Julho de 1970)

Doc. 5 – Lei 7/74, 27 de Julho de 1974: direito das colónias à independência

Documento 1

Acto Colonial (1930)

Artigo 2.º

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Artigo 22.º

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.

Artigo 35.º

Os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da metrópole e do Império Colonial Português.

Documento 2

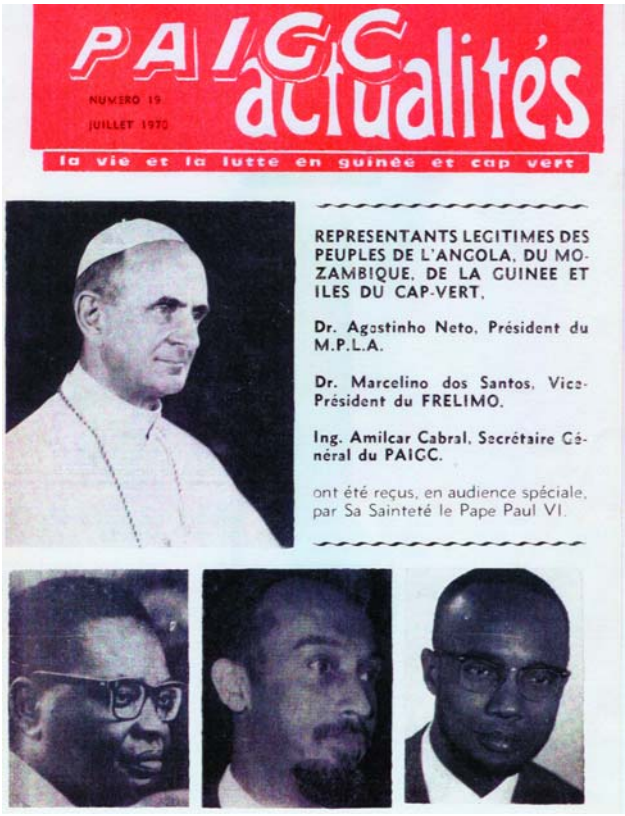
Valores do comércio Portugal-colónias no total do comércio externo português (1930-1974)

(em percentagem)

Anos	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1974
Importações	7,97	8,24	12,34	18,72	16,36	13,72	14,35	13,75	14,76	10,50
Exportações	10,85	12,29	12,34	23,72	25,29	23,83	25,57	24,98	24,50	10,98

Documento 3

Notícia da recepção, pelo Papa Paulo VI, dos líderes africanos das colónias portuguesas, na Revista *PAIGC actualités*, n.º 19 (Julho de 1970)


PAIGC actualités

NUMERO 19
JUILLET 1970

la vie et la lutte en guinée et cap vert

REPRESENTANTS LEGITIMES DES PEUPLES DE L'ANGOLA, DU MOZAMBIQUE, DE LA GUINEE ET ILES DU CAP-VERT,

Dr. Agostinho Neto, Président du M.P.L.A.

Dr. Marcelino dos Santos, Vice-Président du FRELIMO.

Ing. Amilcar Cabral, Secrétaire Général du PAIGC.

ont été reçus, en audience spéciale, par Sa Sainteté le Pape Paul VI.

Tradução:

REPRESENTANTES LEGÍTIMOS DOS POVOS DE ANGOLA, DE MOÇAMBIQUE, DA GUINÉ E ILHAS DE CABO VERDE

Dr. Agostinho Neto, Presidente do MPLA,

Dr. Marcelino dos Santos, Vice-Presidente da FRELIMO,

Eng.º Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC,

foram recebidos, em audiência especial, por Sua Santidade o Papa Paulo VI.

Documento 4

Notícia da recepção, pelo Papa Paulo VI, dos líderes africanos das colónias portuguesas, no *Diário de Notícias* (5 de Julho de 1970)

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Domingo, 5 de Julho de 1970

Diario de Noticias

PROPRIEDADE DA EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DA LIBERDADE, 266—LISBOA-2

DIRECTOR — AUGUSTO DE CASTRO

SURPRESA E PROFUNDA MÁGOA EM TODA A NAÇÃO PORTUGUESA

INSÓLITO E LAMENTÁVEL

O PAPA RECEBEU TERRORISTAS

RESPONSÁVEIS PELA CHACINA DE MILHARES DE CRISTÃOS

O GOVERNO MANIFESTOU O SEU PROTESTO
CHAMOU A LISBOA O EMBAIXADOR DE PORTUGAL
E AGUARDA OS ESCLARECIMENTOS DA SANTA SÉ

Documento 5

Lei 7/74 de 27 de Julho de 1974: direito das colónias à independência

Artigo 1.º

O princípio de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar, consagrado no n.° 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.

Artigo 2.º

O reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos [...].

1. **Identifique três princípios orientadores da política colonial expressos no documento 1.**

2. **Explique, recorrendo ao documento 2, o papel desempenhado pelas colónias na economia portuguesa, entre 1930 e 1974.**

3. **Explicite as diferenças de perspectiva entre os documentos 3 e 4, relativamente ao facto noticiado.**

4. **Analise as implicações da política colonial portuguesa na evolução política do país, dos anos 30 a 1975.**

   A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:
   - **política colonial do Estado Novo e o eclodir da guerra nas colónias portuguesas;**
   - **impactos internos e externos da manutenção da guerra colonial até à revolução de 1974;**
   - **política de descolonização portuguesa em África, após a revolução de Abril.**

   Deve integrar na resposta, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Constituição de 1933, *in* Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas – De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, Lisboa, Livraria Petrony, 1984.

Doc. 2 – *Estatísticas do Comércio Externo*, INE, *in* http://www.ine.pt.

Doc. 3 – Arquivo Mário Soares, Fundação Mário Soares, Lisboa.

Doc. 4 – *Diário de Notícias*, 5 de Julho de 1970.

Doc. 5 – Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, *in* http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03.

GRUPO II

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA LIDERANÇA AMERICANA NO MUNDO PÓS GUERRA FRIA

Discurso de tomada de posse de Bill Clinton* – 20 de Janeiro de 1993

Actualmente, uma geração que nasceu à sombra da Guerra Fria assume novas responsabilidades num mundo aquecido pelo sol da liberdade, mas ainda ameaçado por ódios antigos e novas pragas. Herdámos uma economia que, nascida numa prosperidade sem rival, continua a ser a mais forte do mundo, mas que se está a debilitar por erros empresariais, estagnação dos salários, crescente desigualdade e profundas divisões dentro do nosso próprio povo. [...]

Hoje em dia, ganhamos a vida numa competição pacífica com povos de todo o mundo. Forças profundas e poderosas estão a agitar e a reestruturar o mundo, e a questão que se coloca no nosso tempo é se podemos fazer mudar o nosso amigo e não o nosso inimigo. Este mundo novo já enriqueceu milhões de americanos que são capazes de competir e de vencer dentro dele. Porém, quando uma maioria de pessoas trabalha mais por menos, quando outros simplesmente não podem trabalhar, quando o custo dos cuidados de saúde é devastador para muitas famílias e ameaça arruinar muitas das nossas empresas, grandes e pequenas, quando o medo do crime rouba a liberdade a cidadãos respeitadores da lei, e quando milhões de crianças pobres não conseguem sequer imaginar as vidas que dizemos reclamar para elas, então não mudámos o nosso amigo. [...]

Para renovar a América, devemos defrontar os nossos desafios tanto no exterior como no interior. Já não existe uma divisão clara entre o que é estrangeiro e o que é nacional. A economia mundial, o meio ambiente mundial, a crise mundial da SIDA, a corrida mundial aos armamentos afectam-nos a todos.

Hoje em dia, à medida que a velha ordem vai ficando para trás, o mundo novo é mais livre, mas menos estável. O colapso do comunismo fez ressurgir velhas animosidades e provocou novos perigos. É claro que a América terá de continuar a dirigir este mundo que tanto ajudámos a construir. Enquanto a América se reconstrói por dentro, não vacilaremos perante os desafios nem deixaremos de agarrar as oportunidades deste mundo novo. Em conjunto com os nossos amigos e aliados, trabalharemos para lhe dar forma e para que não nos devore. Sempre que os nossos interesses vitais estiverem ameaçados ou quando a vontade e a consciência da comunidade internacional forem desafiadas, nós actuaremos; com uma diplomacia pacífica, sempre que for possível, com o uso da força, quando for necessário. Os valentes americanos ao serviço da nossa nação, no Golfo Pérsico, na Somália ou onde quer que se encontrem, testemunham a nossa resolução.

Contudo, a nossa maior força é o poder das nossas ideias, ainda novas em muitos pontos do globo. Por todo o mundo, podemos comprovar como são recebidas estas ideias e alegramo-nos com isso. As nossas esperanças, os nossos corações, as nossas mãos estão, em todos os continentes, com aqueles que estão a construir a democracia e a liberdade. A sua causa é a causa da América.

---

* Presidente dos EUA, 1993-2001.

1. **Esclareça o sentido da seguinte afirmação: «Herdámos uma economia que [...] continua a ser a mais forte do mundo»** [linhas 3 e 4].

2. **Identifique três dos problemas que, segundo Clinton, ameaçam o mundo que sucedeu ao fim da Guerra Fria.**

3. **Caracterize as linhas de força da política externa dos EUA preconizada por Bill Clinton.**

Identificação da fonte

Doc. – Clinton Speeches, *in* http://www.yale.edu/lawweb/avalon/presiden/inaug/clinton1.htm

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	30 pontos
3.	30 pontos
4.	50 pontos
	130 pontos

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	20 pontos
3.	30 pontos
	70 pontos
TOTAL	**200 pontos**